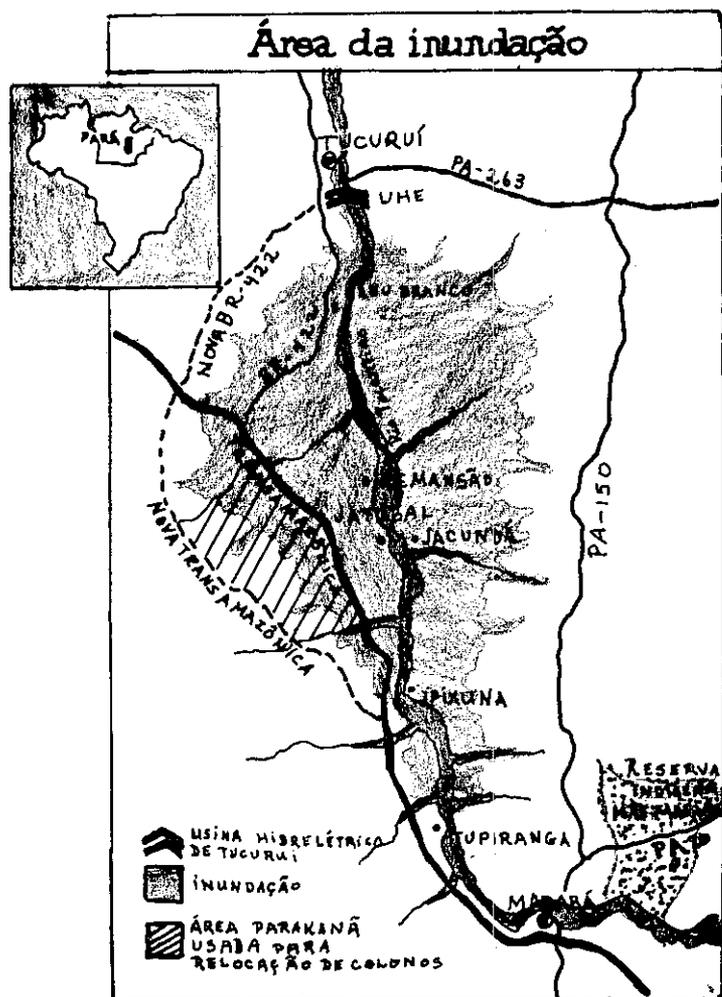


A HIDRELÉTRICA

TUCURUI URGENTE



Em 1972, as Centrais Elétricas Brasileiras S.A./ELETROBRÁS retomaram os estudos dos recursos hídricos da Bacia do Tocantins realizados em 1964 pelo Bureau of Reclamation, e outros realizados, em 1968 e em 1972, pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis/DNPVN, hoje Portobrás, e pelo Comitê Coordenador de Recursos Energéticos da Amazônia/ENERAM. Estes estudos visavam avaliar os recursos hidroenergéticos da Bacia do Rio Tocantins para atender aos empreendimentos eletro-metalúrgicos a serem implantados na região, à demanda da cidade de Belém, e possibilitar a interligação com o sistema da Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco/CHESF, no Nordeste.

Assim é que a ELETRONORTE foi criada em 1973 como subsidiária da Eletrobrás, recebendo desta a incumbência de dar continuidade aos estudos em andamento, mas, principalmente, selecionar um aproveitamento hidrelétrico no Baixo Tocantins e com o objetivo específico de atender a:

- ALUNORTE - extração de bauxita e sua transformação em alumina
- ALBRÁS - transformação de alumina em alumínio metálico
- Distrito Industrial de Barcarena
- Projeto Ferro-Carajás - inclusive a eletrificação da Estrada de Ferro - Carajás-Itaqui
- e, com o excedente de energia, atender a cidade de Belém e possíveis carências do Nordeste.

É, pois, com este objetivo que estão sendo inundados 246 mil ha. (v. mapa), o que significa dizer:

- 9 localidades pertencentes a 3 municípios diferentes (Tucuruí, Jacundá e Itupiranga)
- 2 Reservas Indígenas, a Reserva Parakanã e a Reserva Pucurí
- 250 km de rodovias, sendo 150 km da rodovia Transamazônica
- 13 garimpos de diamantes, uma ocorrência de ouro e calcário
- 13,4 milhões de metros cúbicos de madeiras nobres.

OS EXPROPRIADOS



Na região amazônica a sudeste do Pará, está em fase final de construção, pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A./ELETRONORTE; a Barragem e Usina Hidrelétricas de Tucuruí que transformará uma parte do Rio Tocantins no maior lago do Brasil em volume de água.

A Bacia do Rio Tocantins tem uma área aproximada de 767 mil Km² e abrange os estados de Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Pará. O potencial energético explorável deste rio está estimado em aproximadamente 18 milhões de kw e deverá ser totalmente utilizado através de 6 barramentos dos quais Tucuruí é o último e concentra cerca de 40% deste potencial. A Usina Hidrelétrica de Tucuruí terá uma capacidade instalada de 3 milhões e 960 mil kw em sua primeira etapa, a qual deverá ter início em novembro de 1984; e 8 milhões de kw em sua segunda fase.

Sem mencionar os efeitos diretos e indiretos que a construção de tal obra vem provocando quer em relação ao desmatamento, para o qual se chegou a utilizar o trágico "agente laranja", quer em relação à flora e à fauna, quer em face dos riscos de salinização da água que abastece a cidade de Belém, são 4.000 famílias e uma nação indígena - Parakanã - compulsoriamente retiradas de suas terras.

Em 1975, a ELETRONORTE realiza o seu primeiro inventário de população a ser relocada - Estudos Sócio-Econômicos, Desapropriações e Relocações. A partir de então, apenas em 1978 é iniciado o cadastramento da população urbana e rural habitante à área de formação do reservatório, época em que esta Empresa anuncia que as indenizações a serem feitas a posteriori terão como base este cadastramento. Isto implicou em uma proibição à continuidade das plantações ou de qualquer outra atividade econômica que viesse a alterar aquele levantamento. A promessa, então, era de indenização e de reassentamento imediatos.



Sem plantar, em clima de tensão face a espera indefinida, às 4.000 famílias aguardaram até 1980, quando foram iniciadas as indenizações sendo que estas, que consideraram apenas as benfeitorias existentes, não levaram em conta os dois anos de trabalho não realizado. **TODOS PERDERAM AS SUAS TERRAS.**

Sem terra, com indenização irrisória, sem condições para mudança, em 1981 inicia-se, então, um processo de reivindicação junto à ELETRONORTE, onde não se exige nada além do que a reposição de sua condição de vida anterior:

- lote rural com 100ha com casa e poços
- estradas de acesso
- infra-estrutura nas áreas urbanas

Este era o mínimo exigido por quem teve de, sem consulta prévia, "ceder" suas terras, suas casas, suas plantações, vendo desorganizar-se a sua rede de vizinhança, suas tradições, enfim, seus mecanismos de sobrevivência física e cultural. Gente, diga-se de passagem, que, em sua maioria, acreditou no "futuro da Amazônia", nos Projetos de Colonização, e está a pelo menos 15 anos na área esperando as benesses da Transamazônica. Duas faraônicas obras traçam seu destino.



Vieram, em sua maior parte do Nordeste, em função da Transamazônica e saem por causa de Tucuruí. E mais, surpresos com a mudança total nos planos de governo em menos de cinco anos.

Frente à pressão organizada pelos expropriados a partir de 1982, a ELETRONORTE apenas reconstruiu as vilas urbanas, embora não lhes tenha proporcionado água ou pasmem, energia elétrica. E, no que se refere à população rural, chegou ao cúmulo de:

1. não realizar as benfeitorias existentes anteriormente nos lotes, como poço com água, desmatamento, estradas vicinais, etc.
2. não proporcionar condições de sobrevivência até a época da colheita.

E, o GETAT (Grupo Executivo de Terra do Araguaia-Tocantins), órgão encarregado do reassentamento:

- reduziu o módulo rural previsto no ESTATUTO DA TERRA para esta região de 100ha para sua metade, isto é, 50ha.
- reassentou a população em áreas sabidamente inundáveis.
- reassentou a população, nada menos do que 706 das famílias, na Reserva Indígena Parakanã.

Deste fato derive o impasse. A população rural expropriada não tem como reiniciar a sua atividade econômica normal, ou melhor, não tem ao menos onde se instalar. Neste momento, a maior parte não foi indenizada, outra parcela espera pela reposição das benfeitorias anteriormente existentes em seus lotes, outra parte teme a inundação de suas terras, e no que se refere à relocação em terra indígena, reconhecem o direito legal, líquido e justo, do povo Parakanã ao reivindicar o local de seu aldeamento anterior, como também a Demarcação da Área Parakanã eleita em 1978.

Os expropriados de Tucuruí mantêm-se unidos, em Assembléia Permanente, sendo que centenas de famílias encontram-se há 45 dias acampados na cidade de Tucuruí. Buscam apenas meios para continuar sobrevivendo. Ao mesmo tempo uma comissão de colonos e representantes indígenas tentam junto à ELETRONORTE, Ministério das Minas e Energia, GETAT, FUNAI e outros órgãos, em Brasília, providências urgentes. Resistem, e, principalmente, estão unidos — índios e não-índios — na defesa de que o "bem-comum" esteja paupado, de fato, no interesse do povo que constrói uma sociedade pluriétnica e democrática.

OS PARAKANÃ

Os índios Parakanã pertencem a família lingüística Tupi e habitam tradicionalmente a região entre os Rios Tocantins e Xingú, mais precisamente às imediações dos Rios Cajazeiras, Pacajazinho, Bacuri, Pucuruí, Anapú. Em tempos mais recentes, isto é, desde os princípios deste século parte dos Parakanã estenderam a sua área de perambulação até os Rios Tapirapé, Bacajá, São José, Bom Jardim.

O primeiro grupo Parakanã foi contatado por funcionários da Fundação Nacional do Índio/FUNAI ao início da década de 70, mais propriamente em março de 1971, quando a Rodovia Transamazônica já atravessava o seu território de perambulação. Este grupo era composto, então, por cerca de 200 índios, dos quais apenas 92 conseguiram sobreviver logo após o primeiro ano de contato. Registrava-se aqui uma perda populacional de 54%. Em julho de 1971, a FUNAI estabeleceu a criação da Reserva Indígena Parakanã, através do Decreto n. 68.913, a qual foi demarcada em 1975 com um total de 189.681ha. Com isto, este órgão reduzia em muito a área tradicional destes Tupi, deixando de lado importantes pontos geográficos para a compreensão da ocupação sócio-espacial destes índios. A gripe e a malária, além da gonorréia, transmitida esta tanto por trabalhadores da Estrada os quais tinham livre acesso ao aldeamento Parakanã, como pelos próprios funcionários da FUNAI, fizeram com que a população indígena Parakanã fosse ainda mais reduzida no ano de 1972, caindo para 82 pessoas o seu efetivo populacional. Enquanto isto, a blenorragia deixara cegueira em oito pessoas, sendo uma bilateral.



Estabelecia-se, pois, com o contato destes Parakanã, uma das experiências mais trágicas do indigenismo brasileiro. Com o passar dos anos, e embora esta população Parakanã venha conseguindo se recuperar (somam hoje cerca de 138 índios), as ingerências externas determinadas principalmente pela criação de Projetos Econômicos do Estado, continuaram a persistir causando transferências e adiando até hoje o reconhecimento do território indígena. Assim é que, desde o contato até o ano de 1973, estes índios foram obrigados a mudar o local de seu aldeamento por três vezes, quando, então, foram levados para a margem direita do Igarapé Lontra. A aldeia Paranati, sede atual dos Parakanã, se constituiu na 6a. transferência desde o 1o. contato com nossa sociedade. Entre 1976/1977 as freqüentes idas até a Transamazônica contribuíram para que estes índios viessem a contrair uma nova epidemia — a de poliomielite —, a qual deixou sequelas em seis pessoas. Além disso, foram eles proibidos de enterrar os seus mortos no interior de suas casas, uma prática tradicional para alguns povos indígenas.



Em janeiro de 1976, uma outra parte do povo Parakanã foi contatada pela FUNAI às proximidades do Rio Anapú, após este órgão ter efetuado alguns contatos, nos anos de 1972 a 1974, na região do Rio Cajazeiras. A FUNAI, em sua 2a. Delegacia Regional, sediada em Belém, resolveu, então, transferir estes Parakanã do Rio Anapú, para as terras da Base Avançada de Pucuruí, local de apoio logístico às frentes de penetração do órgão. Permaneceram, pois, estes índios de outubro de 1976 a fevereiro de 1977 junto à sede daquela Base, em estreito contato com a população regional habitante à Vila de Pucuruí. Foram meses de intenso estado de deapauamento físico com gripe, malária, desintéria. Dos 40 Parakanã contatados no início de 1976 somente 29 chegaram àquela Base, com uma perda populacional na ordem de 27,7%. Em fevereiro de 1977, a FUNAI criou, então, a Reserva Indígena Pucuruí, para onde foram transferidos estes Parakanã e a qual se situava à margem esquerda do ramal de interligação entre a antiga Transamazônica e a cidade de Tucuuruí (BR-422).

Ainda aqui o destino destes Parakanã não foi diferente do do grupo anterior. Transferidos do Rio Anapú, onde habitavam em área rica em caça, pesca, coleta, para a Reserva Pucuruí, um lugar onde tudo já era escasso, e doentes, estes índios não conseguiram, até o final daquele ano, reconstruir o seu aldeamento, residindo na própria sede do Posto Indígena. Ainda no final de 1977, a FUNAI autorizara a extinção da Base Avançada de Pucuruí, substituindo-a pela criação

de um Projeto Serraria Tucuuruí/FUNAI, o qual tinha por objetivo extrair de ambas as Reservas Indígenas – a Parakanã e a Pucuruí – toda a madeira nobre, a fim de evitar a sua perda com a inundação pelo Reservatório da Barragem de Tucuuruí. Retardando a sua ação junto à Reserva Parakanã para um período posterior, o Projeto Serraria centrou a sua atuação devastadora à Reserva Pucuruí.

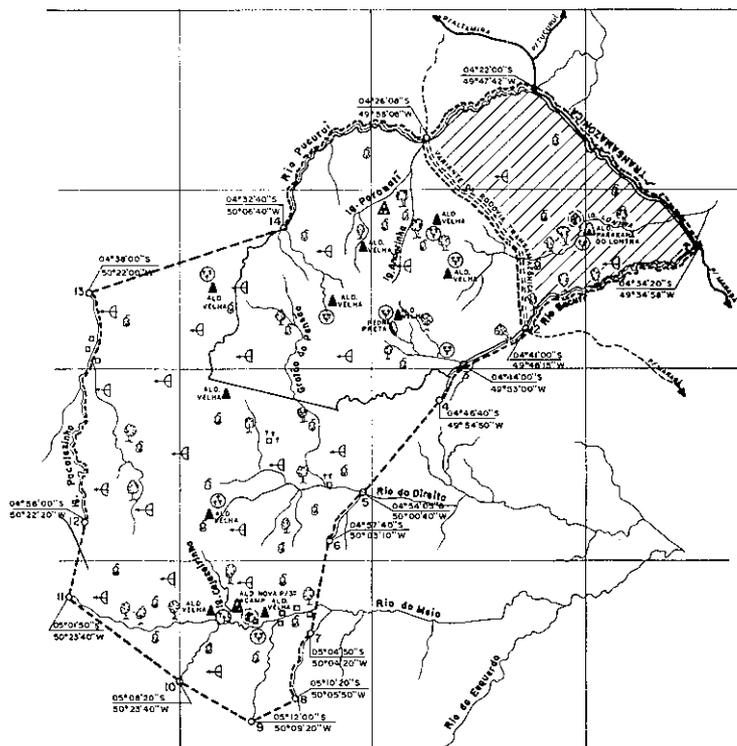
E devastador o foi não só na extração vegetal, com o desmatamento alcançando a menos de um quilômetro da aldeia Parakanã, mas também com os funcionários desse Projeto a arrendar os diminutos 23 mil ha. da Reserva Pucuruí e a rarear ainda mais a fauna e a flora local, reduzindo sobremaneira, a fonte alimentar destes índios. Era um tempo não só de transferências mal sucedidas e de doenças, mas também de fome. Ao início de 1978, quando já era pública, desde 1976, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuuruí e que o lago a ser formado pelo seu reservatório viria a atingir a ambas as Reservas dos índios Parakanã, a FUNAI autorizara a criação de um projeto antropológico que assessorasse a uma nova transferência destes Tupi.

Foi, então, criado o Projeto Parakanã, em convênio estabelecido entre a FUNAI e a ELETRONORTE, que de seus quatro anos previstos de duração sobreviveu a apenas um. Foi, desta feita, possível realizar dois trabalhos importantes: eleger em conjunto com o Povo Parakanã um novo território para a Reserva Indígena destes índios, e reduzir a taxa de mortalidade deste povo. O ano de 1978 terminou com a eleição da nova Reserva Parakanã, a qual recuperou em parte o território que espelha a ocupação sócio-espacial deste povo, e que mantém como de seu interesse, a uma futura atividade de piscicultura, a parte inundável da Reserva Indígena Parakanã de 1975 (v. mapa). A eleição deste novo território está assentada em conformidade à Lei 6.001/73, que dispõe sobre o ESTATUTO DO ÍNDIO, tendo sido o



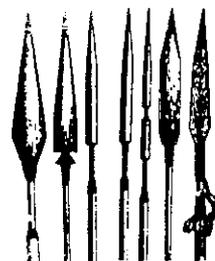
MINISTÉRIO DO INTERIOR

Fundação Nacional do Índio
RESERVA INDÍGENA PARAKANÃ
MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA E JACUNDÁ - PA



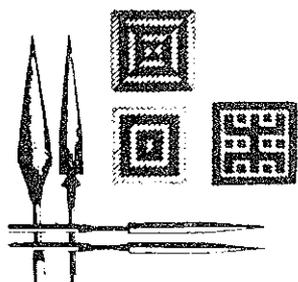
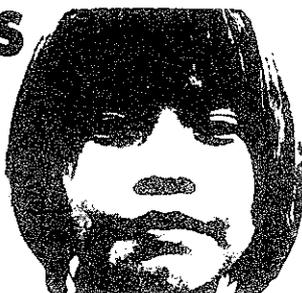
INCRA informado, em 1978, acerca de sua delimitação. No entanto, a própria FUNAI mantinha ainda interesses comerciais na extração vegetal em ambas as Reservas Indígenas – Parakanã e Pucuruí – ao extinguir o Projeto Serraria Tucuuruí/FUNAI e a arrendar à CAPEMI Agropecuária estas áreas. A atuação tanto do Projeto Serraria da FUNAI, como da CAPEMI, se constituíram, de fato, em um desastre único, e os Parakanã jamais conseguiram obter qualquer forma de benefício com a extração de madeira em seus territórios.

Em 1980, a FUNAI fez outro estudo, o qual não atendia às mínimas exigências legais para uma nova eleição territorial, tendo em seguida abandonado. Já em 1981, a 2a. Delegacia Regional da FUNAI, ainda que não abandonando em parte a proposta da área eleita em 1978 resolveu abdicar da parte inundável da Reserva Indígena Parakanã, (agora chamada Gleba Parakanã), demarcada em 1975, para o assentamento de parcela da população regional também expropriada pelo Reservatório de Tucuuruí. Tal acordo jamais foi ratificado pela FUNAI em Brasília, sendo portanto, ilegal e inconstitucional. Entretanto, o GETAT e a ELETRONORTE acabaram por utilizar a Gleba Parakanã para o assentamento de 706 famílias. Tal fato sequer foi comunicado ao povo Parakanã, o qual exige este território.



REIVINDICAÇÕES

Índios e não-índios expropriados exigem:

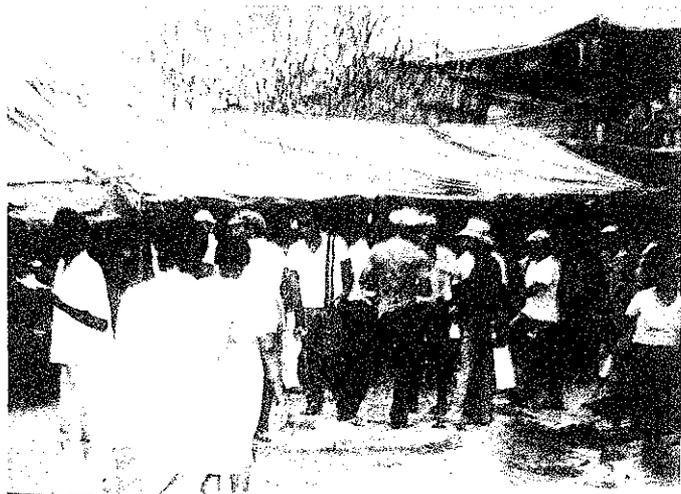


PARA OS PARAKANÃ

— a demarcação imediata da Reserva Indígena Parakanã, conforme os limites propostos por este povo em 1978.

PARA OS COLONOS

- lotes rurais de 100ha., com casa, poço com água, e desmatamento em áreas não inundáveis;
- abertura de estradas vicinais;
- titulação dos lotes urbanos e rurais, com as suas respectivas benfeitorias;
- energia elétrica e água para as vilas urbanas;
- pagamento de dois anos de perda da produção agrícola;
- retirada imediata das 706 famílias da Gleba Parakanã, fornecendo transporte, alimentação, hospedagem e atendimento médico;
- indenização das benfeitorias realizadas na Gleba Parakanã;
- reassentamento das 706 famílias na BR-422.



A UNIÃO FAZ A FORÇA

COLABORE COM OS EXPROPRIADOS DE TUCURUI, ENVIANDO UM TELEGRAMA A:

- Presidência da República – Palácio do Planalto – Brasília, DF.
- Deputado Mário Juruna e Comissão do Índio – Câmarados Deputados – Brasília, DF
- Ministério do Interior – Ministro Mário Andreazza – Esplanada dos Ministérios – Brasília, DF.
- Ministério das Minas e Energia – Ministro César Cals – Esplanada dos Ministérios – Brasília, DF.
- Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários – MEAF – Ministro Danilo Venturini – Palácio do Planalto – Brasília, DF.
- Fundação Nacional do Índio – FUNAI – Presidente: Nelson Marabuto – CIA Trecho 4 – Lote 750 – Brasília, DF
- ELETROBRÁS – FAN – Ed. Petrobrás - 4o. andar – Brasília - DF. e deputados do seu Estado.

SUGESTÃO DE TEXTO PARA O TELEGRAMA

“Indignado com a relocação da Área Reservatório Usina Tucuruí/Pará exijo sua providência urgente no sentido de atender às reivindicações dos expropriados e, inclusive, a Demarcação da Reserva Indígena Parakanã, conforme limites 1978.”

